

MAPFRE Vida S.A.

CNPJ 54.484.753/0001-49



Uma nova geração de seguros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:
a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural, sociedade que controla esta Seguradora.

b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e rural.
Em 1º de junho de 2012, a carteira de previdência da Seguradora foi transferida para a MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A., conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2011, após autorização concedida à sociedade receptora para operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta, através da Portaria SUSEP nº 4.553, de 25 de abril de 2012.
A Seguradora encerrou 2012 com R\$ 483,2 milhões de prêmios emitidos e registrou prejuízo de R\$ 12,7 milhões, justificada principalmente pela transferência de carteira dos negócios de previdência complementar, cujo resultado financeiro é característico nesse segmento. Com esse fato, aliado à política de redução das taxas de juros estabelecidas pelo Governo, a Seguradora apresentou redução de 27,16%, nessa rubrica, em relação ao ano anterior. Por outro lado, a Seguradora apresentou redução em seus gastos administrativos na ordem de R\$ 20,2 milhões que representa 29,3% de recuo em relação a 2011.

A Administração da Seguradora entende que o prejuízo apresentado foi um evento pontual para 2012, em virtude dos motivos mencionados anteriormente e possui planos de gestão de curto prazo para reverter a situação ao longo do exercício de 2013.
Em atendimento à Circular SUSEP 430/2012, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 269,3 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 8 de fevereiro de 2013.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Ativo		485.740	1.929.764
Circulante		24.946	12.779
Disponível		24.946	12.779
Caixa e bancos		24.946	12.779
Aplicações	5	247.881	1.718.457
Créditos das operações com seguros e resseguros		141.742	104.404
Prêmios a receber	7	85.878	60.859
Operações com seguradoras		19.958	18.409
Operações com resseguradoras		27.737	19.747
Outros créditos operacionais		8.169	5.389
Ativos de resseguro - provisões técnicas	12	11.738	7.327
Créditos das operações com previdência complementar		-	295
Valores a receber		-	54
Operações com ressegos		-	231
Títulos e créditos a receber		43.256	65.867
Títulos e créditos a receber		26.951	45.883
Créditos tributários e previdenciários		15.355	19.459
Outros créditos	19b	950	525
Outros valores e bens		3.432	2.689
Operações com seguradoras		3.432	2.689
Outros valores e bens		60	67
Despesas antecipadas		60	67
Custos de aquisição diferidos		11.126,85	17.879
Ativo não circulante	11	363.699	489.635
Realizável a longo prazo		348.641	472.606
Aplicações	5	251.453	367.114
Títulos e créditos a receber		97.151	105.485
Títulos e créditos a receber		-	14.390
Créditos tributários e previdenciários	19b	96.418	88.108
Depósitos judiciais e fiscais		358	2.612
Outros créditos		375	375
Custos de aquisição diferidos		4.226	4.397
Investimento		205	299
Participações societárias		4.018	4.095
Imóveis destinados à renda		3	3
Outros investimentos		3	3
Imobilizado	9	701	1.079
Bens móveis		347	695
Outras imobilizações		354	384
Intangível	10	10.131	11.553
Outros intangíveis		10.131	11.553
Total do ativo		849.439	2.419.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2012	2011
Passivo		413.843	865.874
Circulante		53.087	52.087
Contas a pagar		29.963	76.417
Impostos e encargos sociais a recolher		4.999	3.862
Encargos trabalhistas		3.853	4.484
Impostos e contribuições		1.605	8.272
Outras contas a pagar		12.587	29.062
Débitos de operações com seguros e resseguros		75.305	51.940
Prêmios a restituir		180	25
Operações com seguradoras		14.173	5.191
Operações com resseguradoras		35.983	23.549
Corretores de seguros e resseguros		19.675	19.473
Outros débitos operacionais		5.294	3.702
Débitos de operações com previdência complementar		-	130
Contribuições a restituir		-	130
Depósitos de terceiros	11	44.616	81.614
Provisões técnicas - seguros	12	240.915	628.967
Vida individual		40.760	238.633
Vida com cobertura por sobrevivência		200.155	390.334
Provisões técnicas - previdência complementar		-	51.126
Planos não bloqueados		-	51.126
Passivo não circulante	12	226.022	1.330.150
Provisões técnicas - seguros		272	76.888
Vida com cobertura por sobrevivência		272	76.888
Provisões técnicas - previdência complementar	12	-	1.048.758
Planos não bloqueados		-	1.048.758
Outros débitos		225.750	204.504
Provisões judiciais	16	225.750	204.504
Patrimônio líquido	17	209.574	223.735
Capital social		218.295	448.523
Redução de capital social (em aprovação)		-	(230.228)
Reservas de capital		558	558
Reservas de lucros		-	4.522
Prejuízos acumulados		(9.279)	-
Total do passivo		849.439	2.419.399

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			
	Capital social	Aumento (redução) de capital social	Doações e reservas	Reserva de capital (investida)	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
	(em aprovação)			(investida)				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	424.169	24.354	112	446	9.148	102.179	-	560.408
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 1.188 de 23 de fevereiro de 2011	24.354	(24.354)	-	-	-	-	-	-
Redução de capital - AGE 28 de fevereiro	-	(373.195)	-	-	-	-	-	(373.195)
Capitalização de reservas - AGE de 27 de maio de 2011	-	1.113.327	-	-	(9.148)	(102.179)	-	999.982
Capitalização de lucros de janeiro a abril de 2011 - AGE de 27 de maio de 2011	-	(8.360)	-	-	-	-	-	(8.360)
Capitalização de lucros de janeiro a abril de 2011 - AGE de 27 de maio de 2011	-	-	-	-	-	6.690	-	6.690
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2011	-	40.000	-	-	-	-	-	40.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.168)	(2.168)
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	4.522	(4.522)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	448.523	(230.228)	112	446	4.522	-	-	223.375
Aprovação de redução de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012	(270.228)	270.228	-	-	-	-	-	-
Transfêrencia de resultado referente à cisão da carteira de previdência	-	-	-	-	-	(1.146)	(1,146)	-
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.882 de 2 de outubro de 2012	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	4.522	(4,522)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	218.295	-	112	446	-	(9.279)	209.574	

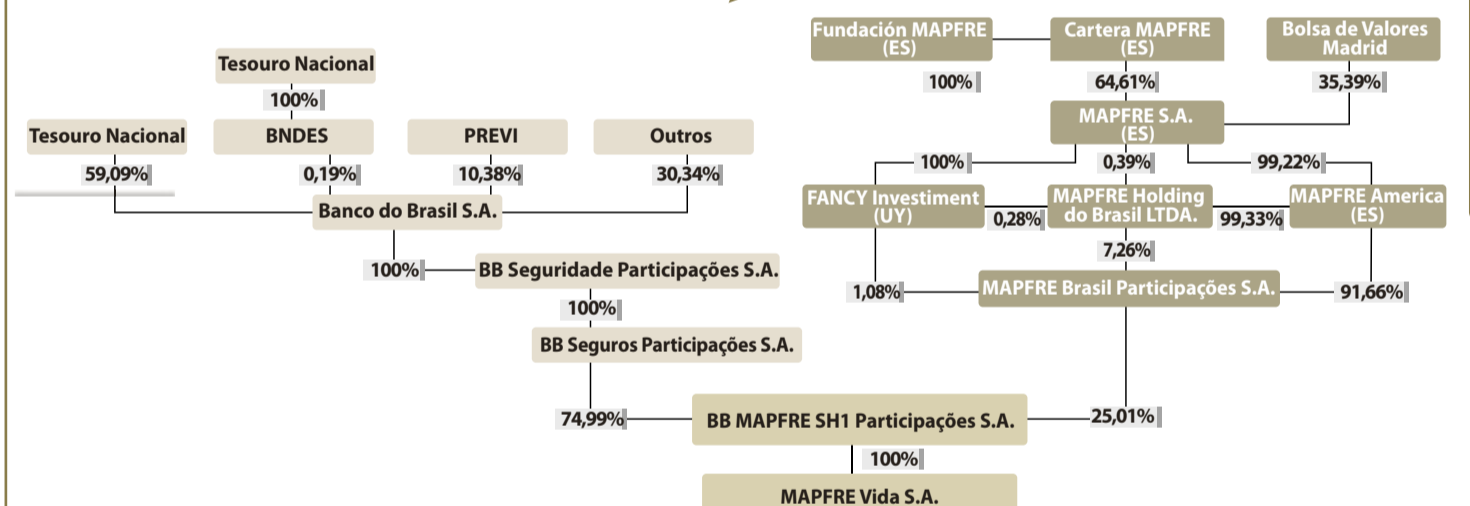
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações, nº 11, 71, 21º andar, São Paulo de cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49.
A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 21.
Em 5 de maio de 2010, o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio do BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e da MAPFRE Brasil Participações S.A., uma sociedade anônima com o mesmo objeto social.
Em decorrência do processo de preparação do Grupo MAPFRE para a parceria com o Banco do Brasil, as operações de Affinity da Seguradora, nos segmentos de seguros de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a MAPFRE Affinity Seguradora S.A. e as participações societárias em

outras entidades foram transferidas para a MAPFRE Brasil Participações S.A. e MAPFRE Investimentos e Participações.
Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, conforme composição acionária abaixo:
a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural.
b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais Affinity.
A mudança da denominação social da Seguradora, anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A., foi aprovada através da Portaria SUSEP nº 4.809 de 30 de agosto de 2012.
Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentava a seguinte estrutura, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As finanças foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430/12, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 430/12 revoga a Circular SUSEP 424/11. Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração do fluxo de caixa (DFC), está sendo divulgada pelo método indireto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2013.
b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposições do CPC nº 21 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012. Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração do fluxo de caixa, está sendo divulgada pelo método indireto, consequentemente a referida demonstração relativa ao exercício findo em 2011, divulgada pelo método direto, está sendo reapresentada para fins de comparabilidade.
c) Continuidade: A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, com a perspectiva de melhoria significativa na margem de contribuição dos produtos comercializados e com a implementação do acordo de rateio de despesas administrativas, considerando todas as empresas do Grupo. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar as operações. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.
d) Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; • Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos, em conjunto ou individualmente. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em qualquer exercício futuro afetado. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:
• Nota 3b - Instrumentos financeiros;
• Nota 3j - Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
• Nota 3k - Mensuração dos contratos de seguros;
• Nota 3l - Provisões técnicas;
• Nota 3m - Teste de adequação dos passivos;
• Nota 7 - Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito sobre prêmios de seguros); e
• Nota 15 e 16 - Provisões judiciais.
e) Segregação entre circulante e não circulante
A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas:
• Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora;
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados.
a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.
b) Instrumentos financeiros: A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução de valor. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o exercício. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguro e resseguro, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber de diretos junto a seguradoras e cosseguradoras, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5 d). **c) Instrumentos financeiros:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **i. Contratos de investimentos:** A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. **ii. Contratos de seguros:** Quando um derivativo embutido é identificado a Seguradora analisa se o instrumento principal pode ser mensurado ao valor justo confiavelmente de uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliar a existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado nos exercícios apresentados. **d) Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do balanço patrimonial. Quando a perda de valor recuperável ocorre após o reconhecimento inicial, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. **ii. Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não será recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade quando o valor contábil do ativo exceder a estimativa de seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Investimentos: i. Participações societárias:** O investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. **ii. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo o custo da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nem um benefício econômico futuro nem a obtenção de ganhos ou perdas significativas em relação à propriedade de investimento reconhecida na demonstração do resultado no ano da venda ou alienação. Transferências são reconhecidas na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo de aquisição permanece o mesmo, porém o custo de amortização é determinado com base no novo uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Seguradora contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. Quando a Seguradora conclui pelos próprios meios a construção ou incorporação de uma propriedade de investimento, qualquer diferença entre o valor justo da propriedade naquela data e o seu valor contábil anterior é reconhecida na demonstração do resultado. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de longo prazo é mensurado ao custo menos as provisões para depreciação, depreciação e amortização. Os valores de custo incluem o custo de aquisição e os custos de desenvolvimento. Quando o custo de aquisição é baseado em um contrato de compra e venda, o custo do ativo é baseado no preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **g) Investimentos: i. Participações societárias:** O investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. **ii. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo o custo da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nem um benefício econômico futuro nem a obtenção de ganhos ou perdas significativas em relação à propriedade de investimento reconhecida na demonstração do resultado no ano da venda ou alienação. Transferências são reconhecidas na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo de aquisição permanece o mesmo, porém o custo de amortização é determinado com base no novo uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Seguradora contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. Quando a Seguradora conclui pelos próprios meios a construção ou incorporação de uma propriedade de investimento, qualquer diferença entre o valor justo da propriedade naquela data e o seu valor contábil anterior é reconhecida na demonstração do resultado. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de longo prazo é mensurado ao custo menos as provisões para depreciação, depreciação e amortização. Os valores de custo incluem o custo de aquisição e os custos de desenvolvimento. Quando o custo de aquisição é baseado em um contrato de compra e venda, o custo do ativo é baseado no preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **g) Investimentos: i. Participações societárias:** O investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. **ii. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo o custo da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

de 2012. A Provisão de Oscilação Financeira (POF), tem como objetivo cobrir "Déficits" apurados no cálculo do resultado financeiro no final do mês (saldo no FIF - provisão garantida). Não foi identificada a necessidade técnica de constituir essa provisão. Todas as aplicações financeiras são acompanhadas pela MAPFRE DTVM S.A., alterando, caso seja necessário, a composição dos papéis do fundo onde são aplicadas tais provisões. **m) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu a definição das regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457/2012, sendo que nenhuma suficiência técnica foi identificada. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEN e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Ramos	Sinistralidade
Seguro de pessoas	51,2%

n) Benefícios com empregados: Os benefícios de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor exato a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii) Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos ao imposto de renda, incluindo quaisquer impostos disponíveis, sejam utilizados para pagar o imposto de renda e contribuição social. O reconhecimento é compreendido em impostos de renda e diferidos e quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diferidos registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, contra os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo quaisquer impostos disponíveis), ganhos com operações de compra e venda, vendas de investimentos financeiros e o valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo em ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução do valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às melhores práticas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL E MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrado de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, cálculo do Value at Risk - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e auditorias. A integração dos resultados de testes e controles e auditorias com os resultados de avaliações de riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste comitê, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculando ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de Auditoria:** órgão consultivo de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições colaborar para a gestão integrada de cada um dos processos de negócios contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno; à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma análise mais adequada ao perfil de cada uma das Seguradoras. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *Rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuindo importantes seguradoras elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro:

	DPVAT		VGBL		VIDA		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bruto de Resseguro								
Região geográfica								
Centro Oeste	5.328	0,2%	1.505	0,3%	24.840	4,8%	31.673	6,1%
Nordeste	2.006	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	2.006	0,4%
Norte	31.070	5,9%	36.373	7,0%	315.565	60,4%	383.008	73,3%
Sudeste	7.235	1,4%	4.152	0,8%	23.217	4,4%	34.605	6,6%
Sul	48.992	9,4%	42.362	8,1%	431.194	82,5%	522.448	100,0%

	DPVAT		VGBL		VIDA		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Líquido de Resseguro								
Região geográfica								
Centro Oeste	3.253	0,6%	332	0,1%	67.572	13,3%	71.156	14,0%
Nordeste	5.328	1,1%	1.505	0,3%	24.840	4,8%	31.673	6,3%
Norte	2.006	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	2.006	0,4%
Sudeste	31.070	6,1%	36.373	7,2%	302.373	59,7%	369.816	73,0%
Sul	7.235	1,4%	4.152	0,8%	20.583	4,1%	31.971	6,3%
Total	48.992	9,7%	42.362	8,4%	415.368	82,0%	506.622	100,0%

	DPVAT		VGBL		VIDA		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bruto de Resseguro								
Região geográfica								
Centro Oeste	5.690	0,9%	718	0,1%	88.715	13,5%	95.123	14,4%
Nordeste	9.342	1,4%	3.198	0,5%	40.126	6,1%	52.666	8,0%
Norte	2.767	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	2.767	0,4%
Sudeste	30.200	4,6%	85.065	12,9%	293.513	44,5%	408.777	62,0%
Sul	12.611	1,9%	7.285	1,1%	79.753	12,1%	99.649	15,1%
Total	60.610	9,2%	96.266	14,6%	502.107	76,2%	658.982	100,0%

	DPVAT		VGBL		VIDA		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Líquido de Resseguro								
Região geográfica								
Centro Oeste	5.690	0,9%	718	0,1%	88.715	13,7%	95.123	14,7%
Nordeste	9.342	1,4%	3.198	0,5%	40.126	6,2%	52.666	8,1%
Norte	2.767	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	2.767	0,4%
Sudeste	30.200	4,7%	85.065	13,1%	282.852	43,7%	398.117	61,5%
Sul	12.611	1,9%	7.285	1,1%	79.133	12,2%	99.029	15,3%
Total	60.610	9,4%	96.266	14,9%	490.826	75,8%	647.702	100,0%

Sensibilidade do risco de seguro: As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** 1) Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizada, considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 11,70%. 2) Provisão de Insuficiência de Prêmios PIP para seguros de curto prazo: Simulamos como um agravamento da premissa de sinistralidade da PIP afetaria o patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é mais que suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira inteira impactado no patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade		Impacto no patrimônio líquido/resultado		Impacto no patrimônio líquido/resultado	
	Total	Aumento	2012	2011	2012	2011
a) Provisões técnicas						
1) Sinistralidade						
Risco de crédito: • Gerenciamento do risco de crédito:						

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento do risco de crédito referente aos instrumentos financeiros de crédito é monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Seguradoras avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's, FitchRatings e Moody's. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de normas interna.

Grupo de Ramos	Prêmio Emitido Líquido*		Resseguro Cedido		Retenção	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Pessoas Coletivo	24.946	431.194	15.826	96,3%	96,3%	96,3%
Pessoas Coletivo	11.738	18	3	97,8%	97,8%	97,8%
Pessoas Individual	502.107	11.281	3	83,3%	83,3%	83,3%

* Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. • **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. • **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumento financeiro utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão de liquidez e de crédito baseadas em premissas estabelecidas na Política de Investimento do Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e finanças e tem por objetivo controlar o risco de crédito referente aos instrumentos financeiros de crédito e obrigações. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter e equilibrar os ativos e passivos.

2012	A Vencer em até 1 ano		A Vencer entre 1 e 3 anos		A Vencer acima de 3 anos		Total
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Caixa e equivalentes de caixa	206.437	19.567	-	-	-	-	226.004
Disponível para venda	-	-	-	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	17.957	251.341	-	-	-	-	269.298
Créditos das operações de seguros e resseguros	141.742	-	-	-	-	-	141.742
Ativos de resseguro	11.738	-	-	-	-	-	11.738
Créditos tributários e previdenciários	15.355	96.418	-	-	-	-	111.773
Despesas antecipadas	60	-	-	-	-	-	60
Custo de aquisição diferidos	12.685	31	6	6	6	6	12.722
Outros ativos	35.253	487	-	-	-	-	35.740
Total dos ativos financeiros	460.173	367.844	6	6	6	6	834.023
Contas a pagar	3.307	-	-	-	-	-	3.307
Débitos de operações com seguros e resseguros	75.305	-	-	-	-	-	75.305
Depósitos de terceiros	44.616	-	-	-	-	-	44.616
Provisões técnicas - seguros e resseguros	240.915	-	272	272	272	272	241.187
Total dos passivos financeiros	413.843	272	272	272	272	272	414.115

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 358 mil e os passivos financeiros relativos a Provisões judiciais no valor de R\$ 225.750 mil não foram classificados como ativos de risco de crédito, pois não possuem exposição direta a uma entidade específica. **Risco de mercado:** O GRUPO SEGURADOR adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas *Stress Testing* e *Value At Risk*, e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de *Risk Loss*. A Seguradora acompanha o VaR da carteira de investimentos diariamente, por meio das informações disponibilizadas pela MAPFRE DTVM. O topo da carteira é apresentado em reunião do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação dos ativos da carteira. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito das diversificações entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo VaR, para o intervalo de 1 dia e de R\$ 624 mil. No exercício analisado, as posições que não contribuiriam em termos de risco foram relacionadas aos papéis com remuneração pré-fixada e índices de preços. • **Sensibilidade de juros:** No teste de sensibilidade, foram analisados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatar antes do seu vencimento. Do total de R\$ 499.334 mil em ativos financeiros, R\$ 269.298 mil foram classificados como mantidos até o vencimento e R\$ 4.032 mil relativo investimento em fundo não exclusivo. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 185.230 mil. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data base do balanço:

	2012		2011	
	Impacto no patrimônio líquido	Impacto no patrimônio líquido	Impacto no patrimônio líquido	Impacto no patrimônio líquido
Elevação de taxas	(144)	(3.695)	154	4.114
Redução de taxas	-	-	-	-

Parâmetros: a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **Risco Operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto-avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Administração. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Durante o exercício e em exercícios anteriores, a Seguradora não manteve nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o Funcionamento da Seguradora é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que é somado, visto no grau dos riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP.

	2012	2011
Patrimônio líquido	209.574	223.375
Participações em coligadas e controladas	(205)	(299)
Despesas antecipadas	(67)	(67)
Ativos intangíveis	(10.131)	(11.553)
Obras de arte	(3)	(3)
Patrimônio líquido ajustado (a)	199.175	211.453
0,20 vezes da receita líquida de prêmios emitidos últimos 12 meses (a.1)	94.450	105.264
0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses (a.2)	94.041	91.918
Capital base + capital adicional (c)	94.450	105.264
Capital mínimo requerido (d) (maior entre (b) e (c))	155.740	172.042
Suficiência de capital (e = a - d)	43.435	39.411
Suficiência de capital (e/d)	27,89%	

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ nº 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

9. IMOBILIZADO

	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Equipamentos	10%	244	–	(31)	(41)	172
Móveis, máquinas e utensílios	10%	96	–	(9)	(15)	72
Veículos	20%	737	88	(337)	(21)	467
Outras Imobilizações	10% a 20%	2	12	(30)	(2)	187
Total		1.079	108	(407)	(79)	701

	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Equipamentos	10%	242	85	–	(2.328)	244
Móveis, máquinas e utensílios	10%	135	3	–	(1.699)	96
Veículos	20%	3.079	143	(219)	(2.266)	737
Outras Imobilizações	10% a 20%	395	(11)	–	(382)	2
Total		7.753	220	(219)	(6.675)	1.079

10. INTANGÍVEL

	2012	2011
Saldo inicial	11.553	13.532
Adições	–	4.790
Cisão	–	(5.751)
Amortizações	(1.422)	(1.018)
Saldo final	10.131	11.553

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas na rubrica "Depósitos de terceiros" são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Companhia.

12. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Reversões	Constituições	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Provisões Técnicas - Seguros						
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	9.102	(526.077)	526.543	–	–	–
Provisão de sinistros a liquidar	135.286	–	–	–	–	135.286
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	82.095	(43.845)	276.965	611	(233.663)	82.163
Provisão matemática de benefícios a conceder	464.410	–	1.682	–	–	466.092
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.474	(464.410)	–	–	–	(462.936)
Provisão matemática de benefícios a regularizar	7	(1.474)	–	–	–	(1.467)
Provisão de oscilação de riscos	51	(942)	–	–	–	(891)
Outras Provisões (PCP)	13.430	(58)	–	–	–	13.372
Total das provisões técnicas	705.855	(1.036.806)	805.190	611	(233.663)	241.187
Ativos de resseguro - Provisões Técnicas						
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	–	(15.826)	15.826	–	–	–
Provisão de insuficiência de Prêmios (PIP)	–	–	–	–	–	–
Provisão de sinistros a liquidar	5.701	–	15.794	–	(11.471)	10.024
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	1.314	(15)	–	–	–	1.300
Outras Provisões (PCP)	312	–	103	–	–	414
Total das provisões técnicas	7.327	(15.841)	31.723	–	(11.471)	11.738
Custo de aquisição diferido	17.886	(5.164)	–	–	–	12.722

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Reversões	Constituições	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Provisões Técnicas - Seguros						
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	242.301	(1.515.483)	1.282.284	–	–	9.102
Provisão de sinistros a liquidar	138.211	(3.906.444)	3.903.519	–	–	135.286
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	82.817	(947.554)	946.832	–	–	82.095
Provisão matemática de benefícios a conceder	316.985	(137.835)	285.260	–	–	464.410
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.412	(1.517)	–	–	–	1.474
Provisão matemática de benefícios a regularizar	7	(1.579)	–	–	–	(1.467)
Provisão de oscilação de riscos	50	(659)	660	–	–	(891)
Outras Provisões (PCP)	31.220	(342.603)	324.813	–	–	13.372
Total das provisões técnicas	813.003	(6.852.095)	6.744.947	–	–	705.855
Ativos de resseguro - Provisões Técnicas						
Provisão de sinistros a liquidar	2.306	(28.928)	32.323	–	–	5.701
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	1.377	(19.937)	19.874	–	–	1.314
Outras Provisões (PCP)	356	(4.281)	4.237	–	–	312
Total das provisões técnicas	4.039	(53.146)	56.434	–	–	7.327
Custo de aquisição diferido	301.787	(1.011.306)	727.405	–	–	17.886

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Reversões	Constituições	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Provisões Técnicas - Previdência						
Provisão matemática de benefícios a conceder	871.759	(251.406)	394.156	–	–	1.014.509
Provisão matemática de benefícios concedidos	58.377	(30.348)	28.380	–	–	56.409
Provisão matemática de benefícios a regularizar	163	(187)	489	–	–	465
Provisão de riscos não expirados	107	(1.519)	1.532	–	–	120
Provisão de oscilação de riscos	342	(4.453)	4.440	–	–	329
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	266	(3.582)	3.604	–	–	288
Outras Provisões	24.498	(381.686)	384.952	–	–	27.764
Total das provisões técnicas	955.512	(673.181)	817.553	–	–	1.099.884

13. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido (não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT).

	Ano de ocorrência do sinistro						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Montante estimado para os sinistros	270.606	325.262	324.337	248.635	238.070	289.317	198.898
No ano da ocorrência	307.176	371.914	347.857	246.851	256.801	294.786	1.825.384
Um ano após a ocorrência	311.377	375.726	352.606	248.678	258.105	–	1.546.492
Dois anos após a ocorrência	308.321	376.307	353.196	249.031	–	–	1.286.855
Três anos após a ocorrência	309.461	380.797	356.276	–	–	–	1.046.533
Quatro anos após a ocorrência	313.290	383.404	–	–	–	–	696.694
Cinco anos após a ocorrência	316.295	–	–	–	–	–	316.295
Seis anos após a ocorrência	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa dos sinistros na data base	316.295	383.404	356.276	249.031	258.105	294.786	198.898
Passivo representado no quadro	309.120	376.831	347.381	240.437	247.141	276.987	126.663
Passivo em relação a anos anteriores a 2006	7.175	6.573	8.895	8.594	10.964	17.798	72.235
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT	–	–	–	–	–	–	38.924
Total de Passivo de Sinistros	–	–	–	–	–	–	40.862
	–	–	–	–	–	–	212.020

14. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2012	2011
Provisões técnicas	241.187	705.855
Provisões técnicas - previdência complementar	–	1.099.884
Parcela correspondente a resseguros contratados	(33.314)	(7.327)
Depósitos Judiciais	(323)	(316)
Provisões retidas pelo IRB	(11)	(11)
DPVAT	(40.760)	(51.971)
Total a ser coberto	166.779	1.746.114
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas e fundos de investimentos	333.635	469.483
Aplicações em FIES	–	1.399.617
Títulos de renda fixa - públicos	–	53.286
Títulos de renda fixa - privados	102.936	104.574
Total aplicações em cobertura	436.571	2.021.860
Suficiência (insuficiência)	269.792	275.746

15. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	2012			2011		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão
Provável	1.811	51.069	51.069	1.736	45.691	45.691
Total	1.811	51.069	51.069	1.746	45.691	45.691

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2012		2011	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
1999	–	–	9	180
2000	27	896	28	1.200
2001	28	772	28	986
2002	39	2.039	34	2.307
2003	63	3.544	47	2.762
2004	100	4.015	75	3.855
2005	144	5.486	94	5.201
2006	182	7.045	124	6.899
2007	167	4.678	123	5.885
2008	246	6.243	159	6.855
2009	266	5.576	152	5.116
2010	240	5.462	108	3.701
2011	197	2.716	49	744
2012	112	2.597	–	–
Total	1.811	51.069	1.030	45.691

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

	2012	2011
Saldo do início do exercício	45.691	36.144
Total pago no exercício	8.257	27.776
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	8.257	27.776
Quantidade de ações pagas no exercício	365	1.701
Constituições no exercício	9.225	34.169
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	397	1.263
Novas constituições referentes a citações do exercício base do questionário trimestral	9.225	34.169
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	1.210	1.022
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	5.620	4.176
Saldo final do exercício	51.069	45.691

16. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição:

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2012	2011	2012	2011
Fiscal	225.323	203.886	35	2.296
COFINS	213.477	194.092	35	35
PIS	11.316	9.281	–	–
Outros	430	513	–	2.261
Trabalhista	527	274	–	–
Cível	–	344	–	–
Total	225.750	204.504	35	2.296

"Depósitos Judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam R\$ 323 mil (R\$ 316 mil em 2011).

PIS e COFINS - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as Seguradoras pela COFINS e aumentou a base de cálculo do PIS. Em setembro de 1999 a Seguradora impetrou Mandado de Segurança objetivando afastar as alterações trazidas na cobrança da COFINS impostas pela Lei 9.718/98 e obteve liminar para a suspensão da exigibilidade das cobranças. Em junho de 2000 foi proferida a sentença favorável e em Novembro de 2000 a União Federal apresentou Recurso de Apelação. Em novembro de 2005 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedir similares (RE nºs. 346.084/PR, 390.840/MG, 357.950/RS e 358.273/RS), decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, conforme definido em Lei Complementar nº 70/91, declarando inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas previstas no §1º, do artigo 3º, da Lei nº 9.718/98. No que pese o entendimento do STF, a Seguradora vinha realizando a provisão dos valores na sua totalidade, nos termos da referida lei. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras, passando a considerar o tributo apenas sobre o faturamento. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT/nº 2.773/2007, a Seguradora reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela, referente ao período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 30.673 mil, enquanto que o montante de PIS é de R\$ 1.836 mil, (R\$ 26.914 mil de COFINS e R\$ 1.385 mil de PIS). Os valores não recolhidos a título de COFINS e PIS durante todo o período da discussão judicial estão provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC desde a sua constituição. Cumpre ressaltar que o STF reconheceu a Repercussão Geral da matéria, através do RE nº 609.096. Ainda, em relação a mesma controvérsia jurídica, encontra-se afetado no Plenário do STF o RE nº 400.479. Em março de 2012 o TRF acolheu o Recurso de Apelação interposto pela União Federal, mantendo a incidência do tributo sobre a integralidade das receitas da Seguradora e, contra essa decisão foi interposto Recurso Extraordinário para o STF, que se encontra pendente de apreciação. A Seguradora opôs Medida Cautelar para requerer o efeito suspensivo com a consequente manutenção da inexistência dos créditos. O TRF negou efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário e, ante aquela decisão, foi interposta Medida Cautelar no STF, não conhecida, com a determinação de que os autos fossem remetidos com urgência ao TRF da 3ª Região, onde o processo se encontra aguardando a manifestação da Vice-Presidência. Foi proposta Execução Fiscal pela União em face da Seguradora no montante de R\$ 27.334 mil, a Seguradora apresentou exceção de pré-executividade, pendente de decisão. Diante do deferimento da liminar que concedeu efeito suspensivo, a Seguradora peticionou ao Juiz da Execução Fiscal e requereu a imediata suspensão do processo judicial.

INSS - Refere a divergências apontadas pela fiscalização no cálculo das contribuições de INSS de fatos geradores ocorridos entre abril e agosto de 1991. Como a constituição do lançamento tributário ocorreu somente em novembro/91 (NFLD nº 35.040.404-6), houve decurso de prazo decadencial, tornando indevida a autuação. A Seguradora impugnou o lançamento tributário na esfera administrativa e considera a probabilidade de perda como provável.

Cível e trabalhista - A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas.

b) Movimentação:

	2012			2011			
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis
Saldo inicial	203.886	274					

* continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ nº 54.484.753/0001-49**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011** (Em milhares de Reais)**23. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA SEGURADORA**

As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

As revisões da IFRS 7 "Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o

efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

A IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a

utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. A aplicação deste normativo para a Seguradora implicará na reversão da Provisão Complementar de Prêmios - PCP que poderá ser realizada em sua totalidade ou gradualmente com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Provisão Complementar de Prêmios - PCP bruta de resseguro é de R\$ 13.372 mil e R\$ 12.958 mil líquida de resseguro.

PARECER ATUARIALAos Senhores Administradores e Acionistas da **MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49**

1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da MAPFRE Vida S.A. com data base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 457/2012 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE Vida S.A., referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.

3. Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira.

4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitos, e compreenderam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

5. Com base nos estudos efetuados, as Provisões Técnicas acima referidas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes no que diz respeito às melhores práticas atuariais e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, com valores consistentes.

6. Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 25 de janeiro de 2013.

Bento Aparício Zanzini
Diretor
Responsável Técnico

Vera Lúcia Fernandes Lopes
Atuária Responsável Técnica
MIBA nº 817

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da

MAPFRE Vida S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas

e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

a) A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, conforme divulgado na Nota 3 I. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP o patrimônio líquido está subavaliado em 2012 em R\$ 12.073 mil, líquidos de resseguro, sendo R\$ 6.682 mil líquidos dos efeitos tributários, e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está superavaliado em R\$ 6 mil, sendo R\$ 3 mil, líquidos dos efeitos tributários.

b) Conforme mencionado na Nota 11, a Seguradora possui registrado na conta de Depósitos de terceiros um montante de R\$ 44.616 mil em 31 de dezembro de 2012. Esta conta possui caráter transitório e registra os valores de prêmios efetivamente recebidos, contudo ainda não identificados para que seja efetuada a baixa do respectivo prêmio a receber. A Administração da Seguradora não concluiu o processo de conciliação da referida conta no montante de R\$ 15.035 mil e, consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a adequação de seu saldo naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no item a) e pelos possíveis efeitos do assunto descrito no item b) constantes no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que foi reapresentada pelo método indireto conforme divulgado na nota explicativa 2 (b). Em nossa opinião esta demonstração está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contador CRC-1SP19827/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder **BB MAPFRE SH1 Participações S.A.**, nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, com alcance sobre a **MAPFRE Vida S.A.**

O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas.

O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.

O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A.. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de janeiro a dezembro de 2012, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Sistema de Controles Internos

Em 2012, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos ao gerenciamento de riscos e controles.

Com base nas atividades que desenvolveu, nas informações levadas ao seu conhecimento e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos da Companhia.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Auditoria Independente

O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados.

Canal de Comunicação

O Comitê de Auditoria acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia e, com base nas informações recebidas, concluiu que os canais instituídos atendem à determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução CNSP nº 118/04. O Comitê definiu modelo e fluxo de tratamento de ocorrências relacionadas aos arts. 29 e 30 da mencionada Resolução. Em 2012 não foram trazidas ao conhecimento do Comitê quaisquer ocorrências.

Demonstrações Financeiras

Ao longo de 2012, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da Administração. A respeito, debateu com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com os executivos responsáveis. Foram também examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações contábeis da MAPFRE Vida S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., concluindo que tais documentos, ponderados a manifestação do Auditor Independente relativa ao registro da PCP e ao valor não conciliado da conta Depósitos de Terceiros e os aspectos técnicos e de regulação envolvidos, estão adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais aplicáveis.

São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2013.

Egídio Otmar Ames

Coordenador

Carlos Eduardo da Silva Monteiro

Membro Titular

Ilenor Eleamar Zingler

Membro Titular

DIRETORIA**Marcos Eduardo dos Santos Ferreira**

Diretor Presidente

Roberto Barroso

Diretor Vice-Presidente

Alencar Rodrigues Ferreira Júnior

Arno Meyer

Bento Aparício Zanzini**Carlos Alberto Landim**

Felipe Costa da Silveira Nascimento

Luís Carlos Guedes Pinto**Luiz Gustavo Braz Lage**

Moacyr D'Acampora Filho

Raphael de Luca Júnior**Sérgio Ricardo Miranda Nazaré****CONTADORA****Simone Pieretti Gonçalves** - CRC 1SP183717/O-5**ATUÁRIA****Vera Lúcia Fernandes Lopes** - Registro MIBA nº 817

Não vamos parar de investir na felicidade e na qualidade de vida de nossos colaboradores e da comunidade. Somos o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, somos sustentáveis.

Atender às demandas atuais, sem comprometer as gerações futuras. Este é um princípio básico da nova geração de seguros. Só acreditamos no crescimento se ele for sustentável. Para isso, investimos no crescimento das pessoas e no desenvolvimento do país.

GRUPO SEGURADOR

Uma nova geração de seguros.